

Discurso de posse de Jânio Quadros

Elevado à Presidência da República por inequívoca determinação do povo brasileiro, não posso e não quero iniciar o exercício deste mandato sem o agradecimento a esse voto de esperança. Nosso povo ativo e laborioso, ei-lo aqui diante de mim, espiritualmente presente, a testemunhar neste ato o triunfo dos seus anseios cívicos. Estou certo de que as mulheres e os homens com quem me avistei e aos quais me dirigi durante a campanha no Norte e Nordeste, no Oeste e no Centro, no Leste e no Sul do país, têm suas atenções voltadas para este Distrito Federal, elevando suas preces ao Altíssimo, pelo bom êxito da administração que se inicia. Que Deus onipotente me ilumine e me resguarde na jornada. Como o afirmei em numerosas paragens, do território da pátria, este será um governo rude e áspero; tais objetivos não têm sentido de ameaça, antes exprimem a franqueza de quem não mente aos seus concidadãos, porque não foge ao seu dever nem abdica das suas convicções. Se não me faltar o arrimo da inspiração divina, se não me faltar o apoio das multidões, se não me faltar o apoio do Legislativo e do Judiciário, sei de mim que resgatarei a palavra de fé empenhada nas praças. Somos um Estado democrático cujos fins se contem no governo do povo, pelo povo e para o povo. O povo estará comigo e consigo governará.

O povo será a um tempo a minha bússula e o meu destino. Investido na chefia do Executivo, julgo-me no dever de expor para ciência de todos o estado atual da República. É indispensável que se conheçam na extensão e no vulto de sua inteira realidade os problemas cujo deslindamento me compete. É necessário que se saiba o que me entregam e as reais condições do que me entregam. Tenho por imprescindível um severo arrolamento das questões que nos aguardam e que resultam não apenas no estágio de desenvolvimento que atingimos, mas também da carência de uma visão segura, ao mesmo tempo geral e específica dos reclamos com freqüência contraditórios dessa coletividade. Ao termo do mandato aceito, que me julguem pelo que restar do cotejo entre o que recebo e o que por minha vez transmitirei. Não há ninguém pessoalmente na mira das prevenções que me atribuem, mas também não haverá ninguém, a começar dos mais altos escalões administrativos, que possa situar-se fora das normas de exação, compostura e integridade que caracterizarão os negócios públicos neste quinquênio. Candidato, não revidei; presidente, não tenho posição a comprazer nem adversários a alcançar. Derrogarei até o limite extremo das minhas forças a contrafação do sistema político administrativo que infelicitou a pátria em alternância de ações irresponsáveis e de emissões em confiança. No combate a essa adulteração, a essa corrupção que

infeccionou e debilita o regime não darei quartel. A vassoura que o povo me confiou nas assembléias, trago-a comigo, para os serviços empreitados. Usá-la-ei em consonância com o que prometi e com o que me reclamam, mas em caráter da mais estrita imparcialidade. A estatística, todavia, demora infensa às frases da retórica e à graça dos ditirambos. Se conclusões inculca é que estas se acham estranhadas no panorama que cumpre analisar. Será proveitoso, quando nada para juizes da História, que cada qual tome do ônus comum o quinhão que lhe caiba.

É terrível a situação financeira do Brasil. De lado, as centenas de milhões nos últimos 5 anos e meio circulante passou de 57 bilhões para 206 bilhões de cruzeiros. Faliam-se as cifras da aluvião de papel moeda relativa ao primeiro mês deste ano. Não me causaria estranheza que a tabela complementar denunciasse fluxo ainda mais incontinenti. Desenhadas em centenas de milhares, ao estrangeiro devemos 3 bilhões e 802 milhões de dólares, o que marca só a este título e naquele período à elevação de 1 bilhão e 435 milhões de dólares sobe o passivo anterior.

E a situação é tanto mais séria quando se sabe que somente durante o meu governo deverei saldar compromissos em moeda estrangeira no total de cerca de 2 bilhões de dólares. E só no corrente exercício de 600 milhões de dólares. Importa assinalar que além de compromissos pontuais existem operações efetuadas pela Carteira de Câmbio a título de antecipação da Receita, num montante que sobe a 90 milhões de dólares. Tanto vale dizer que essa vultosa importância deverá ser reduzida da magra receita das nossas exportações em 1961. Destaque-se que a Carteira de Câmbio, apesar de vir emitindo promessas de venda a 150 dias, não as liquida nos prazos aventados, somente o efetuando com atrasos de um mês ou mais. De outra parte, causam intranqüilidade, pelo volume, os encargos aceitos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico com avais e empréstimos externos. Estes ascendem, em nome do Tesouro Nacional, a 11 bilhões e 200 milhões de cruzeiros e em nome do próprio Banco a 23 bilhões e 400 milhões de cruzeiros, perfazendo as duas cifras o total de 34 bilhões e 600 milhões de cruzeiros. Destarte, embora se tome por base o preço artificial do câmbio do custo, 100 cruzeiros por dólar, os aludidos avais representam obrigação suplementar de 346 milhões de dólares. Internamente somam-se a estes débitos astronômicos o montante do endividamento do Tesouro junto ao Banco do Brasil, os restos a pagar acumulados de 1956 a 1960, e o aumento da dívida da Nação junto aos Institutos da Previdência. Encaro sem otimismo as perspectivas do balanço de pagamentos do país no futuro imediato. Os preços internacionais de quase todas as matérias-primas continuam baixando em virtude da oferta mostrar-se superior à procura.

No que tange ao café, riqueza que cumpre defender a custo e a longo prazo, o que tem infelizmente deslembrado, as perspectivas entre mostram-se alentadoras. A 31 de janeiro de 1956, o preço médio do produto em centavos de dólar por libra peso era de 47 cents. Na data de hoje, o mencionado preço é de 33 cents. A diferença impôs a economia nacional perdas assustadoras de moedas fortes. Estima-se em cerca de 40 milhões de sacas o estoque do produto adquirido pelo governo e que se encontra as mãos do IBC. Careço ainda de informações, estatísticas, sobre as quantidades vendidas pelos particulares, contudo só a armazenagem do café do IBC, cuja qualidade se discute, custa aos brasileiros mais de 200 milhões de cruzeiros por mês.

Os "deficits" orçamentários, nos últimos 10 anos, apavoram. Subiram eles, de 1951 a 1955, a 28 bilhões e 800 milhões de cruzeiros; alçaram-se, de 1956 a 1960 a 193 bilhões e 600 milhões de cruzeiros. O "deficit" em potencial, para o exercício de 1961 – o primeiro do meu governo – é de 108 bilhões de cruzeiros, que assim se decompõem; orçamento, 302 bilhões e 300 milhões de cruzeiros; créditos a serem abertos, 30 bilhões de cruzeiros; liquidação de resíduos passivos, 15 bilhões de cruzeiros; despesas sem crédito e 10 bilhões de cruzeiros. Mesmo considerando que a receita do exercício, orçada em 246 bilhões e meio pode atingir à cerca de 262 bilhões, isto é, 19% acima da arrecadada em 1960, na nossa estimativa de "deficit" está plenamente justificada.

Os índices da elevação do custo de vida, nesses mesmos 10 anos apuradas pela Fundação Getúlio Vargas, correm parelha com as demais, conseqüência do surto inflacionário. Atribuindo-se o índice 100 para média de 1948 alcançamos em 1955 o marco de 259 e em dezembro último acima de 820.

Os investimentos efetuados e os que estão em via de execução em Brasília montam 72 bilhões e 600 milhões de cruzeiros.

Apesar das prorrogações obtidas e da imprudência dos saques a descoberto, os pagamentos de nossas obrigações vencidas no estrangeiro não puderam ser cumpridos nos prazos estabelecidos. Em novembro último não dispunhamos de 47 milhões e 700 mil dólares para cobrir ajustes com o Fundo Monetário Internacional. Faltaram-nos, igualmente, recursos para quitar duas obrigações do Eximbank, uma de 8 milhões e 200 mil dólares, outra de 20 milhões e 100 mil dólares. Tomou-se apenas, singelamente, a providência de descarregar as faturas vencidas sobre a administração que ora se instala. No quadro que me é presente, resulta que devo pagar entre 1961 e 1965, 1 bilhão 853 milhões e 650 mil dólares de prestações, o que significa, fazendo-se a conversão do dólar à taxa de câmbio livre, na base de 200 cruzeiros o dólar, 370 bilhões e 730 milhões de cruzeiros. Toca-me obter o numerário para repor o que os outros consumiram. E o total não envolve os empenhos

atinentes à liquidação de promessas de venda de câmbio, à amortização da dívida de grupos e empresas privadas.

O que se fez, acresço o que logrou retumbante repercussões publicitárias, cumpre agora saldar, amargamente, pacientemente, dólar a dólar, cruzeiro a cruzeiro. Hoje, faz-me mister nesta nação de fachada nova, mas de economia exangue, que esse povo oprimido pelo subdesenvolvimento, roído pela doença e pelo pauperismo, se despoje dos últimos níqueis para honrar dívidas postas no nome do Brasil.

De outra parte, as tabelas de enriquecimento da economia nacional, levantadas pelo valor da produção interna bruta, não explicam o comprometimento das finanças e da economia aqui posto sumariamente em relevo. Ao contrário, mostra que a pressão tributária, isto é, o vulto da sangria imposta ao povo nestes últimos anos aumentou de 22 por cento para 30 por cento. Os dados são oficiais. Urge que o povo os conheça, fixe e decore. Sacrifícios serão inevitáveis, todos devemos consentir neles, senão avançamos futuro a dentro, conforme se sonhou com tão nojento ou malicioso ufanismo. Façamos o futuro, contra o futuro muito mais do que a imaginação ousa arriscar. O vencimento destes encargos bate às nossas portas. Vamos esquematizar a solução deles, honestamente, corajosamente, certos de que não nos faltará a cooperação internacional. Poderá melindrar aos que não se atemorizam com o fato, embora se arrepiem em face ao seu anúncio, que exponha, em oração a que a natureza da cerimônia confere repercussão internacional. O quadro deplorável das nossas finanças. Faço-o muito de indústria. Para os círculos bancários e econômicos indígenas e estrangeiros, não é ele novo, antes sobejamente conhecido. Ignora-o apenas a opinião nacional, mantida entre os vapores inebriantes de uma euforia quase leviana. Precisamos saber a quantas andamos para determinar realisticamente e não saber de róseos devaneios, para onde vamos e como lá chegaremos.

Tão graves como a situação econômica e financeira se me afigura a crise moral, administrativa e político-social em que mergulhamos. Vejo a administração emperrada pela burocracia e manietada por uma legislação obsoleta. Vejo as classes erguerem-se, uma a uma, contra a coletividade, coisas de vantagens particulares, esquecidas de que o patrimônio é de todos. Vejo, por toda a parte, escândalos de toda a natureza. Vejo o favoritismo, o filhotismo, o compadrio sugando a seiva da nação e obstando o caminho aos mais capazes. Na vida pública, mal se divisa a distinção entre o que é sagrado e o que é profano. Tudo se consente ao poderoso nada se tolera ao sem fortuna. A previdência social, para a qual se recortou roupa nova, vem funcionando contra os trabalhadores. Dessas mazelas, várias não são – pobre conforto! – unicamente nossas. Nosso século

está marcado pelos movimentos de massa, pelas reivindicações organizadas das categorias profissionais. O desenvolvimento burocrático, industrial, comercial, técnico-científico, solidarizando-se entre si largos grupos, unidos por atividades semelhantes, sacudiu sucessivamente os braços da balança social ao peso de novas exigências, sempre que um dos grupos se julgava preterido em relação aos outros. Há um século idealizou-se a sociedade perfeita, realizada, calma. Extinguir-se-iam os conflitos. Essa idealização, espancando os sonhos, ora românticos, ora líricos do século XVIII, tinha como premissa a possibilidade de previsões indefinidas do futuro da espécie, como se a história não ensinasse que a vida do homem sobre a terra é marcada por luta permanente, que sempre se readapta às novas condições em busca de justiça e liberdade. Grave, porém, foi a transformação dessa filosofia, inegavelmente magnífica, na sua propositura em arma político-ideológica a serviço de um novo tipo de imperialismo que se atirou à conquista da supremacia mundial, impondo a todos a insegurança, o arbítrio, a prepotência, o desconhecimento de quaisquer prerrogativas que não as de pequeno grupo, estas absolutas. Para os pregadores desse credo, as reivindicações dos grupos de trabalhadores e das categorias profissionais e sociais não se constituem em um fim.

Elas se convertem num simples, frio e egoístico processo tático, que estiola internamente as nações, em proveito de um só beneficiário. Este logrou infundir em algumas camadas, incluída a dos intelectuais, uma espécie de mítica de auto-destruição, de masoquismo cívico de êxtase das multidões insatisfeitas. Abalou-se, pois, o conceito de solidariedade nacional, como se dentro das fronteiras do país pudessem conviver o prosperar, insuflando-se, civis e reivindicarem contra militares, funcionários contra empregados, cidadãos contra agricultores. Acham-se superadas, sem dúvida, os termos do liberalismo ortodoxo. As leis da democracia devem ajustar-se às novas condições vigentes. A liberdade de organização sindical e o direito de greve interessam ao próprio conceito do regime. Sua aplicação, contudo, não objetiva a destruição da ordem social. Tenho por inadmissível a sua utilização dolosa contra a nossa coletividade, sobretudo se a serviço de conveniências externas. Na flâmula do velho socialismo, a legenda de paz entre as nações ocupava lugar de relevo. Era legenda da confraternização geral, que simultaneamente condenava os jacobinismos estreitos e os nacionalismos obtusos, geradores de conflitos, por via do mesmo artifício demagógico, atrás recordado. E como variante, dele aproveitar-se hoje o falso nacionalismo, como a sublime panacéia da época. No século dos teleguiados, dos satélites artificiais, dos aviões supersônicos, do rádio, da televisão, da ONU, surgem nos países do Ocidente operadores políticos, nem sempre nascidos nessas terras, intentando despertar e acirrar ódios nos

Estados do hemisfério, valendo-se dos enormes tropeços que os respectivos povos defrontam nas veredas do progresso. Esses esforços precisam ser desmascarados, enfrentados e batidos, isto se realmente quisermos a tingir o duplo objetivo, que sobremaneira nos importa: internamente, promover a ascensão do elemento humano abandonado, o que só será viável mediante um senso profundo da solidariedade geral; e, no plano internacional, proporcionar ao Brasil a posição a que faz jus no concerto das nações.

A tarefa é possível mediante uma política soberana, mas soberana no sentido real e amplo diante de todas e quaisquer potências. Ainda recentemente, das Antilhas conturbada chega-me o eco das vozes de esperança com que aquela gente, desassombrada e altiva, aguarda o novo governo norte-americano e a inauguração desse próprio governo, na expectativa de outras diretrizes de cooperação para todo o Continente.

O grau de dissolução a que chegamos derivou em parte da crise de autoridade e de austeridade do poder, comprometido o seu prestígio por um rol consternador de escândalos oficiais, incentivados pela mais arrepiante impunidade.

Apercebidos de que o arcabouço federal comprometia-se com especuladores empenhados no auto-enriquecimento e na autoconcessão de proveitos e regalias, fora impossível que as camadas menos favorecidas da população deixassem, por sua vez, de reivindicar, sempre e incessantemente, proveitos e regalias. O meu governo, entretanto, representa um paradeiro a isso, definitivo e último.

Ele traduz o grito da revolta de seis milhões de eleitores, decididos a por o ponto final a esse ciclo de insânias. Todavia, para que a obra do governo tenha êxito, é preciso que aqueles que contribuíram para a vitória dela participem e a sustentem.

É fundamental e imprescindível que se afirmem a solidariedade e a co-responsabilidade de todos os núcleos sociais. Isto vale para os que detêm o capital e as alavancas da produção, para os que lidam nas cidades e nos campos, para os civis e para os militares. Crescemos todos juntos, de mãos dadas, cada qual suportando as penas necessárias ao êxito comum, ou afundamos todos, sem remissão, afogados no mar da falência global.

Não pedirei ao povo que aperte o cinto e sofra calado o enriquecimento abusivo e indecente dos gozadores inescrupulosos. Os proletários e os humildes devem zelar pelos seus interesses e por eles lutar dentro das regras do sistema democrático.

Cumpram-lhes, porém, imbuir-se da disciplina do trabalho. Será nesse empenho que promover o bem-estar das camadas populares, a começar pelas mais deslembradas, quais as do sofrido Nordeste. Mas o bem-estar nacional resultará do crescimento harmonioso da nossa

economia, de seu planejamento, da gestão governamental proba e eficiente, em que todos tenham o seu quinhão, como recompensa da sua firmeza e da sua labuta.

Não se arreda de nossa mente que quando um grupo social recebe vantagens além dos limites da equidade, é todo o restante da população que suporta o fardo dessa exorbitância. Atento a esse critério é que se pode decidir da procedência ou improcedência das reivindicações.

Precisamos encarar o problema social com olhos que enxerguem, liquidando o engano, segundo o qual os cidadãos podem pleitear do Estado, como se este fosse arca sem fundo, na qual a todos é permitido meter a mão, sem que os tesouros jamais se esgotem.

O Estado somos todos nós.

O Estado é, apenas, o construtor e o supervisor da fortuna coletiva.

A nossa renda nacional resulta, e só, daquilo que produzimos, consumimos e exportamos.

Somente dessa renda podemos participar, somente ela é susceptível de partilha. Se, como cardume de piranhas, precipitar-nos sobre ela, cada qual abocanhando o quinhão do seu apetite, nada sobrar para os investimentos indispensáveis ao progresso e, dentro de pouco tempo, seríamos compelidos a implorar a caridade internacional.

Nos países cujas instituições foram derrubadas em consequência do êxito de guerras fratricidas, o que vemos não é a instauração do reino dos céus. Ao contrário, daí por diante ficaram proibidas todas as reivindicações, abolida toda a liberdade, suprimida a crítica. Em lugar de mil patrões a disputar o artifício no mercado da concorrência, um só patrão, prepotente e autoritário, dita salários, as horas de serviço e as cotas de produção. Em lugar da distribuição de terra, a sua estatização. Em face do grande império central que tudo vê e a tudo prevê, nenhuma pequena nação, mesmo afim ou irmã, mantém a licença de falar em nacionalismo.

Conservemos, pois, as nossas liberdades, fortalecendo-as e ampliando-as. Vivamos como seres livres, construindo o poderoso Brasil.

Dísparos são os destinos, as ambições, as paixões dos homens.

A democracia é um regime suficientemente dinâmico para permitir que este embate de interesses e de situações se processe sem dano maior a paz pública. É um coro de harmonias às vezes desencontradas, mas regidas pelo compasso do bem comum. Ela tem sabido ajustar-se e vicejar, fortalecendo-se, mais e mais, mediante a ação do Estado no campo da iniciativa particular, orientando, empreendendo, complementando, atenta às novas exigências demográficas sócio-econômicas. O nosso propósito deve ser multiplicar os órgãos da mecânica democrática, fazendo

que surjam, ao lado dos tradicionais, outros, mais próximos das massas, que dêem a estas a representação a que fazem jus, com participação efetiva nas responsabilidades governamentais.

Pessimismo? Não!

Não se extraia desta mensagem uma conclusão pessimista quando ao porvir de nossa pátria. Nem teria sentido que, ao final de árdua campanha, em que apaixonadamente pedi os vossos votos, viesse dizer-vos que a tarefa para a qual fui eleito é inexecutável.

Creio firmemente, profundamente, no invencível destino do Brasil. Esta é uma terra de Canaã, ilimitada e fecunda. Nenhum obstáculo natural trava, aqui, o caminho do progresso, e eu me sinto orgulhoso de ser o seu dirigente.

Este é um país de solo fértil e de subsolo inesgotável. Ademais, já superamos o instante em que essas riquezas eram cantadas e permaneciam estéreis. Nossa agricultura expande-se, nossas indústrias multiplicam-se. Prosperamos, não por via de sortilégios, mas pelo mérito de todos os que tivemos a felicidade de habitar nesta nação.

Somos um povo tenaz e tranqüilo, impermeável a preconceitos de raça, de cor, de credo, que realizou o milagre de sua unidade cimentada nos séculos e que começa a erigir uma civilização sem rival nestes paralelos.

Não medraram entre nós as sementes divisionistas. Não temos pela frente óbices irremovíveis. Em face dos dramas que traumatizam tantos povos, os nossos problemas apresentam-se simples e fáceis. Podem ser assim resumidos: uma administração criteriosa e honesta; um planejamento realista e firme; um sistema de relações corajoso e franco entre governantes e governados.

Como disse o filósofo: "o que faz que os homens formem um povo é a lembrança das grandes coisas que realizaram juntos e a vontade de levar a efeito novas grandes coisas".

Um país, entretanto, não é uma abstração. Incabível, pois, que, em nome dos habitantes de amanhã, se submetam os de hoje ao despojamento de seus bens essenciais. Por igual não nos assiste o direito de comprometer o conforto e a segurança das gerações futuras, dilapidando o patrimônio nacional.

Sob o meu governo não haverá lugar para tais práticas.

Atravessamos horas das mais conturbadas que a humanidade já conheceu. O colonialismo agoniza, envergonhado de si mesmo, incapaz de solver os dramas e as contradições que engendrou.

Ao Brasil cabe estender as mãos a esse mundo jovem, compreendendo-lhe os excessos ou desvios ocasionais, que decorrem de secular contenção de aspirações enobrecedoras. Compreender significa auxiliar no que for possível e no que for preciso.

Fiel à sua origem, às suas tradições, às suas tendências, à sua geografia, a nação não esquece, antes solenemente ratifica, todos os seus compromissos legais e genuínos.

Abrimos nossos braços a todos os países do continente. Abrimo-los, também, às velhas coletividades européias e asiáticas, sem proveitos político-filosóficos. Os nossos portos agasalharão todos os que conosco queiram comerciar. Somos uma comunhão sem rancores ou temores. Temos plena consciência da nossa pujança para que nos arreceemos de tratar com quem quer que seja.

Recebi, ainda agora, os cumprimentos do corpo diplomático. Desejo que cada um dos embaixadores acreditados em Brasília, transmita a seus governos e aos seus povos os votos de paz e prosperidade do povo e do governo do Brasil

Com a indispensável cooperação do Legislativo e do Judiciário não há cuidados que não dispense, nem há dores que não aceite para exercer, com exatidão e dignidade, a magistratura de que fui investido.

Ao homens e as mulheres que me ouvem e que em mim confiam, outra vez, os meus agradecimentos.

Que Deus onipotente me ajude, e nos ajude.

Meus compatriotas: viva o Brasil!

Diário Carioca. Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 1961, p. 1 e 10